



PATRÍCIA VERÔNICA NUNES CARVALHO
SOBRAL DE SOUZA

O TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO COMO FORMA DE TUTELA DE DIREITOS SOCIAIS

Prefácio

Carlos Pinna de Assis

Posfácio

Ricardo Maurício Freire Soares

O Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) é uma ferramenta nova de atuação democrática dos Tribunais de Contas, como tutela de direitos sociais fundamentais. Diante disso, a obra objetiva analisar o tema recente sobre o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), apresentando os seus principais aspectos conceitual, de abrangência e de aplicabilidade, como controle consensual da Administração Pública em seu exercício da competência fiscalizatória dos Tribunais de Contas. Para tanto, a obra faz um recorte teórico sobre o ativismo de contas e o TAG como prática ativista para o controle da Administração Pública. O livro traz, ainda, um viés pedagógico, apresentando, na prática, a aplicabilidade do TAG pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, bem como demonstra sua regulação em âmbito nacional e sua importância para a proteção dos direitos sociais fundamentais.

Área específica da obra
Direito Público

Áreas afins do livro
Direito Público e Administrativo

Público-alvo/consumidores da obra
Servidores e Membros de Tribunais de Contas, bem como seus jurisdicionados. Pesquisadores, advogados e estudantes de direito público

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003130

S729t	Sobral de Souza, Patrícia Verônica Nunes Carvalho
2021-4755	O Termo de Ajustamento de Gestão como forma de tutela de direitos sociais / Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 372p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia e apêndice. ISBN: 978-65-5518-320-7
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SOBRAL DE SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho. *O Termo de Ajustamento de Gestão como forma de tutela de direitos sociais*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 372p. ISBN 978-65-5518-320-7.

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Direito pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell'Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação e Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos pela Faculdade Estácio (CERS). Especialista em Direito do Estado e em Direito Municipal pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Tiradentes (UNIT). Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora Titular de Graduação e Pós-graduação da Universidade Tiradentes (UNIT). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos (DPEJDH/UNIT/CNPq). Conferencista. Autora de artigos e livros jurídicos (53 obras - 3 individuais, 4 organizadas e 46 coletivas). Autora das obras: *Escolas de Contas e o Controle Social na Formação Profissional* (Ed. Fórum); *Segurança Jurídica no Processo Administrativo Disciplinar* (Ed. Fórum); *Corrupção e Improbidade: críticas e controle* (Ed. Fórum). Advogada, contadora, jornalista e pedagoga. Master Coaching e Mentoring Advice Humanizado. Membro e Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Membro da Academia Sergipana de Educação, da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, da Academia Itabaianense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro da Associação Sergipana de Imprensa. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da Comissão da Mulher Contabilista (CMC). Recebeu a comenda do mérito trabalhista em 2007. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de Diretora-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (2007 e 2008) e Diretora Técnica (2014 e 2015), (2018 e 2019) e (2020 e 2021). Lecionou como professora substituta na Universidade Federal de Sergipe durante dois anos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Carlos Pinna de Assis	21
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO	23
------------------	----

CAPÍTULO 1

PLURALISMO POLÍTICO, REPUBLICANISMO E MAXIMALISMO DEMOCRÁTICO: FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....

1.1	A origem da democracia: os modelos clássicos	31
1.1.1	Os tipos de Democracia Liberal: Democracia Protetora e Democracia Desenvolvimentista.....	32
1.1.2	A Democracia Direta sob o viés da definição marxista.....	35
1.2	Modelos contemporâneos de democracia	39
1.2.1	A Democracia Competitiva, Procedimental e Minimalista: o embate entre a Democracia Minimalista e a Maximalista....	40
1.2.2	A Democracia Pluralista	41
1.2.3	A democracia legal e participativa	44
1.2.4	A democracia representativa em tempos de democracia participativa e deliberativa	45
1.3	A democracia no Brasil: a evolução das constituições	47
1.3.1	Percurso da (anti)democracia ao longo das Constituições Brasileiras	51
1.3.2	A Constituição Brasileira de 1988: aproximação entre a sociedade e o Estado?	52
1.4	Resumo do capítulo 1	64
		69

CAPÍTULO 2

ATIVISMO COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

2.1	O ativismo e a promoção da democracia.....	71
2.1.1	O ativismo judicial e o poder criativo do julgador.....	72
2.1.2	A separação dos Poderes: vantagens e desvantagens do ativismo judicial.....	83
2.2	Pontes entre o ativismo judicial e o exercício da soberania popular	93
2.3	Resumo do capítulo 2	111
		113

CAPÍTULO 3

A JURISDIÇÃO NO ÂMBITO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO E O ATIVISMO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

3.1	Origem, evolução e competência dos Tribunais de Contas	119
3.1.1	Origem e evolução dos Tribunais de Contas	125
3.1.2	Competências constitucionais dos Tribunais de Contas	125
3.2	Formas de controle exercidas pelos Tribunais de Contas	128
3.3	O ativismo de contas além do mister constitucional	132
3.4	Resumo do capítulo 3	139
		150

CAPÍTULO 4

O TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO (TAG) COMO NOVA FORMA DE PENSAR DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....

4.1	O TAG e a tutela de direitos sociais.....	155
4.2	TAG: mecanismo de negociação, de conciliação ou de mediação?.....	157
4.3	Conceito, finalidades e natureza jurídica do TAG.....	159
4.4	O TAG como instrumento do ativismo de contas	162
4.5	Previsão legal	170
4.6	A ideia do consenso e o Termo de Ajustamento de Gestão à luz da teoria de Habermas.....	175
4.7	Resumo do capítulo 4	180
		193

CAPÍTULO 5

TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO: VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	197
5.1 Os Tribunais de Contas que adotaram o TAG e os que não o utilizam	204
5.2 Da análise dos dados coletados e dos resultados	207
5.3 Da análise do questionário.....	209
5.4 Resumo do capítulo 5	216

CAPÍTULO 6

CASOS DE APLICABILIDADE DO TAG PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE	221
6.1 O TAG na visão do TCE/SE	222
6.1.1 O Portal de Transparência como instrumento de concretização do direito à informação	228
6.1.2 Considerações sobre a educação como direito fundamental e social.....	232
6.2 Resultado e discussão dos dados.....	235
6.2.1 Resultados dos TAGs em relação ao acesso à informação (Portal da Transparência).....	238
6.2.2 Resultados do TAG em relação à educação.....	243
6.2.3 Resultados do TAG em outras áreas	246
6.3 Análise dos TAGs sob a perspectiva da estratégia e da tática.....	247
6.4 Resumo do capítulo 6	255

CAPÍTULO 7

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO (TAG).....	259
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
---------------------------	-----

POSFÁCIO

Ricardo Maurício Freire Soares	291
---	-----

REFERÊNCIAS.....	297
------------------	-----

APÊNDICE A	QUESTIONÁRIO PARA OS TCs QUE NÃO ADOTARAM O TAG	309
APÊNDICE B	COMPILADO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS QUE ADOTARAM O TAG POR (LEIS, RESOLUÇÕES E REGIMENTO) E OS QUE NÃO O UTILIZAM.....	313
APÊNDICE C	LISTA GERAL DE TAGs FIRMADOS PELO TCE/SE (2014-2019).....	315

ANEXOS

ANEXO A	MODELO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO	325
ANEXO B	LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DO TCE/SE (ARTIGOS RELATIVOS AO TAG)	337
ANEXO C	RESOLUÇÃO TCE/SE SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – RESOLUÇÃO Nº 311 DE 17 DE MAIO DE 2018.....	349
ANEXO D	ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2019	359